



ATA N.º 8/2025

Aos 30 dias do mês de junho de 2025, no auditório da Junta de Freguesia de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da terceira sessão ordinária do ano 2025, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rui Manuel Martins Fidalgo, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida.
2. Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira.
3. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.
4. Aprovação de atas de reuniões anteriores.
5. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de fevereiro de 2025 a 31 de março de 2025.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim – Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Isabel Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por António Rodrigues Freire Costa e de Abel Jorge Correia dos Santos por Manuel Cardoso Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Vice-Presidente Maria de Lurdes Pontes Rebelo. Estiveram também presentes os vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto.

Período de antes da ordem do dia

Jorge Carvalho (CDU) Moção/Recomendação (melhor aproveitamento Tribunal de Espinho). Considerando Que esta Assembleia Municipal aprovou anteriormente repetidos documentos críticos sobre o actual mapa judiciário e, como mal menor, pretendia a fixação em Espinho de uma secção de Família e Menores. Que apesar dos esforços e dos fortes argumentos desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, o Ministério da Justiça manteve a injustiça do precipitado mapa judiciário. Que é uma dor de alma ver o Tribunal de Espinho (edifício público) quase vazio e sem aproveitamento, enquanto grande parte dos processos foram transferidos para um edifício arrendado por renda excessiva, já sobrecarregado, com atrasos significativos e



com condições físicas inferiores ao Tribunal de Espinho Que, apesar das promessas de reapreciação, decorridos mais de três anos, a senhora Ministra da Justiça manteve total indiferença aos justos e repetidos apelos do município de Espinho Que um número muito significativo dos processos pendentes em Família e Menores da Feira, são de cidadãos residentes no concelho de Espinho que têm de se deslocar, com dificuldade (poucos transportes públicos), a Santa Maria da Feira A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua sessão de 30 de Junho de 2025, protesta mais uma vez contra a retirada de valências ao Tribunal de Espinho e volta a apelar à Senhora Ministra da Justiça que cuide de servir condignamente os espinhenses acolhendo uma secção de Família e Menores em Espinho e não obrigue as famílias carenciadas a suportar o custo dos insuficientes transportes públicos.”

Alexandra Bastos (PSD) disse: “A posição do PPD-PSD sobre esta matéria é sempre a mesma. Desde 2013, quando se iniciou a reforma das competências dos tribunais perante um novo mapa judicial, em que se criaram competências especializadas, tiraram aos tribunais de comarca as competências especializadas, as execuções, família e menores, determinadas matérias cíveis de valores de alçada de maior complexidade, o juízo penal, também os tribunais coletivos, a parte da fase de instrução penal passaram para Santa Maria da Feira. É claro que Espinho é uma cidade que funciona de serviços, e foi fortemente penalizada por esta descentralização, bem como todos os profissionais que trabalham na área jurídica. É preciso olhar para o mapa judicial e ver o que é que poderá ser melhorado, em áreas tão sensíveis como esta e outras, como por exemplo o direito do trabalho, que também estão em Santa Maria da Feira. O tribunal de Espinho, para além de ter condições materiais, tem uma envolvência de serviços à volta, que torna o serviço muito mais cómodo e muito mais eficiente para os cidadãos. Esta matéria tem 100% a concordância da minha bancada e estou crente que o atual governo, com a sensibilidade do senhor Primeiro-Ministro e da senhora Ministra da Justiça, vai olhar com certeza para o mapa judicial. Realmente a área social tem crescido em termos negativos, havendo cada vez mais conflitos familiares e também o caso da imigração que traz famílias, mães com crianças, em condições que não têm muitas vezes habitação, que não têm possibilidades de dar acolhimento a essas crianças, remetendo-se comunicações para a CPCJ, que, muitas vezes não tem condições e não tem autorização dos progenitores para trabalhar os processos, e estes processos vão parar a Santa Maria da Feira, onde há uma concentração de processos de várias

comarcas e dispõe de dois procuradores e dois juizes. É também preciso melhorar as condições do edifício do Tribunal de Santa Maria da Feira.”

Jorge Carvalho (CDU) disse: “A vogal Alexandra falou na esperança de que se realizem coisas que eu não acredito. Claro que quando eu comecei esta vida não havia tribunal em Espinho, tinha de ir para a Vila da Feira todos os dias. Houve outra moção anteriormente aprovada sobre este assunto, e remetida, entre outras entidades, ao Juiz presidente da Comarca de Aveiro, que veio ao Tribunal de Espinho, para falar do assunto, tendo referido que gostaria muito de deslocar uma secção da Feira de família para Espinho, mas simplesmente não havia nem Ministério Público, nem funcionários suficientes para implementar uma secção em Espinho, e referiu que o que se poderia fazer era o Tribunal deslocar-se da Feira a Espinho, procurando minimizar a deslocação das pessoas. Constatado que o poder económico não tem necessidade de ter o Tribunal de Espinho a funcionar.

Votação: aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes.

Jorge Carvalho (CDU): RECOMENDAÇÃO (reabertura da urgência base do hospital). Considerando que: A 26 de Janeiro de 2018 a Assembleia da República aprovou, sob proposta do PCP, uma Recomendação ao Governo para a reabertura de um serviço de Urgência Básica no Hospital de Espinho (cf. Resolução da Assembleia da República nº 85/2018 – Diário da República nº 66/2018, Série I de 2018-04-04); Com esta aprovação a Assembleia da República veio dar voz à justa aspiração da população espinhense que exige a reabertura da Urgência do Hospital de Espinho; Decorreram mais de 3 anos de silêncio completo quanto a esta aspiração espinhense, corporizada institucionalmente na Recomendação aprovada pela Assembleia da República — infelizmente o Governo não respeita as recomendações da Assembleia da República; Os pressupostos que então presidiram à argumentação da referida Recomendação ainda se mantêm – existência no Hospital de um espaço livre, moderno, equipado e em excelentes condições, vocacionado para um Serviço de Urgência, que continua a não ser utilizado pelo Centro Hospitalar Gaia/Espinho; Outros desses pressupostos agravaram-se mesmo – a afluência às Urgências de Gaia e da Feira, a diminuição da capacidade de resposta do SNS aos utentes que lá acorrem, as graves situações internas nas instituições referidas (nomeadamente a demissão das direcções de serviços clínicos em Gaia), a gritante falta de investimento público na Saúde; A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 30 de Junho de 2025, corporizando as



aspirações populares do Concelho e reiterando documentos anteriores, aprovados por esta Assembleia delibera; a) Reclamar do Ministério da Saúde e do Governo uma intervenção rápida e eficaz no sentido da reabertura do Serviço de Urgência Básica do Hospital de Espinho; b) Manifestar o seu desagrado perante a apatia de mais de 7 anos no cumprimento da Recomendação 85/2018, aprovada pela Assembleia da República.”

Paulo Leite (PSD) disse: “A questão da urgência de Espinho, que naturalmente merece o acordo do Partido Social Democrata, na verdade quando foi perdida, não era propriamente uma urgência, era um serviço de atendimento permanente que muita falta passou a fazer. Queria recordar que as questões que têm a ver com a saúde se agravaram durante o governo do Partido Socialista, apoiado também pelo Partido Comunista, em que houve uma regressão muito forte nos cuidados de saúde no SNS, quando por questões ideológicas decidiram, por exemplo, acabar com a questão das parcerias público-privadas na saúde, que vieram a revelar-se de grande prejuízo e de grande diminuição da qualidade do serviço de saúde prestados aos portugueses. A degradação deu-se ao longo dos dois mandatos do Partido Socialista, a situação hoje é péssima, não é um tema fácil de resolver, até porque inverter algumas das políticas que foram tomadas levará o seu tempo e será difícil de resolver. É importante que se entenda que, para além desta questão das urgências e da possibilidade das pessoas poderem ser atendidas a qualquer hora sem terem de se deslocar, é da máxima importância, mas a qualidade do serviço de saúde é também da maior importância. Poderem ter consultas, intervenções cirúrgicas em prazos adequados, é da máxima importância. A perspetiva que existiu durante os últimos 8, 9 anos, de atirar dinheiro para procurar resolver as questões da saúde, como se pode ver, não resolveu. Trata-se de uma questão de reorganização do serviço nacional de saúde, de forma a que as pessoas possam ter melhor acesso, inclusivamente também no que diz respeito à questão da urgência em Espinho.”

Presidente JF Paramos disse: “Sem discutir a pertinência do documento, pergunto ao vogal Jorge Carvalho se acha que isto vai ser possível a curto prazo ou a médio prazo. Os considerandos parecem-me que são irrealistas, e não acredito que nos próximos 10, 12, 15 anos se reabra um serviço de urgência no Hospital de Espinho. Pode eventualmente, e defendo também, abrir uma unidade de cuidados primários, acho que se chama uma USP. É importante lutar, por isso vou votar a favor deste

documento. Acho que devia ser acrescentado neste documento um ponto relativo a perda do equipamento de TAC que estava ao serviço dos espinhenses no Hospital de Espinho e deixou de funcionar.”

Votação: aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes.

Ordem do Dia

Presidente da Assembleia Municipal informou que, a pedido da Câmara Municipal, tinha havido uma alteração na ordem de trabalhos constante do edital enviado com a convocatória, tendo sido retirados os dois primeiros pontos. Assim, o primeiro ponto a discussão é a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida e o segundo é a Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira.

Perguntou ao plenário se se opunha à discussão dos dois pontos em conjunto, tendo em conta que o conteúdo será idêntico, e feita a votação em separado. Não havendo oposição deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentar os documentos, que referiu: “Após já algum tempo de experiência, desde a delegação de competências para a Câmara Municipal, temos vindo a fazer um caminho de acerto, digamos assim, do financiamento, sempre em consonância com os diretores dos dois agrupamentos, porque são eles que lidam diariamente com as dificuldades, que percebem quais são as necessidades mais prementes. Ajustamos um pouco o financiamento no que se refere à rubrica da manutenção dos edifícios escolares, uma vez que, com o passar dos anos, as condições das instalações se vão deteriorando e, há um maior número de ocorrências registadas na nossa plataforma. Finalmente conseguimos que o gás e a eletricidade do agrupamento Manuel Laranjeira, que ainda estavam a seu cargo passasse definitivamente para a nossa responsabilidade, embora ainda não esteja refletido nas contas do ano porque ainda não acabou porque é 2023-2024, alias já se reflete nos próximos orçamentos e por isso as contas entre os dois agrupamentos são mais aproximadas.

Nuno Almendra (PSD) perguntou: “Se, depois do dia 7 e do dia 14 de março, datas em que foram solicitadas as informações aos diretores dos agrupamentos e



mencionado no relatório que não responderam, já tiveram oportunidade de reunir com os diretores dos agrupamentos. Se nos pode dar informações, ainda que genéricas, sobre a execução orçamental das verbas transferidas do município aos agrupamentos e do Governo para o município. Se podem enviar aos vogais da Assembleia Municipal, durante a presente semana ou nos próximos dias, os relatórios de execução orçamental acima referidos relativos aos últimos dois anos.”

Bruno Morais (BE) perguntou: “Qual o motivo para a aquisição de material de escritório e economato nos dois agrupamentos passar de 5 mil euros neste último contrato para 17 mil neste novo? Temos uma rubrica nova que estava a zero, que é a aquisição de material didático para as escolas do agrupamento, e pergunto qual o material didático que vai ser adquirido pelas escolas? Uma das coisas que nos assusta neste documento, é o ser insípido, não sabemos onde é que o dinheiro está a ser investido, e para onde foi.”

Alexandra Bastos (PSD) disse: “Gostaria que a Câmara Municipal fizesse um ponto de situação e uma análise política sobre este processo de descentralização porque este último mandato teve este modelo de governação na área da educação e gostaríamos de ter algumas explicação de como correu a relação do município com o Estado Central e como correram estes contratos interadministrativos com as escolas.”

Vice-Presidente CME disse “Vou tentar responder às questões e, se eu não for suficientemente exaustiva, peço para fazerem as questões por escrito e teremos oportunidade de responder. Relativamente à relação com o Estado Central, este processo de descentralização ou delegação de competências não foi perfeito, tendo as Câmaras Municipais ficado com uma grande responsabilidade para a qual não estavam preparadas, nomeadamente, por exemplo, na manutenção dos edifícios. Nem sempre conseguimos dar resposta, quer na educação, quer na saúde, quer na área social. Mas tem algumas vantagens na responsabilização, por exemplo, aos diretores escolares que, talvez, também não estavam habituados a prestar contas, e solicitamos documentação às escolas que nem sempre respondem como devem, nem a tempo de fazer as previsões de contas. Temos também a dificuldade dos anos letivos não corresponderem aos anos civis e, nós fechamos contas relativamente ao ano civil anterior, mas o ano letivo ainda não terminou. Só temos histórico ainda de um ano letivo, de 22-23. Acredito algumas diferenças vão sendo resolvidas, e em termos políticos responsabilizámo-nos por excedermos no financiamento, se for caso disso,

em favor da educação das crianças, dos adolescentes, não queremos prejudicar quem está a ser educado. Além destas despesas discriminadas, fazemos ainda o transporte gratuito das crianças, alargamos ao pré-escolar nesta fórmula de financiamento. Há uma ligeira diminuição do número de alunos entre os anos de letivos de 23-24 e 24-25, são cerca de 200 alunos. Relativamente aos relatórios de execução, uma das escolas, a Manuel Laranjeira, foi mais proactiva, estando praticamente concluído.”

Nuno Almendra (PSD) disse: “Quando a senhora vice-presidente diz que os agrupamentos nem sempre respondem, eu diria que estão em sintonia com a Câmara Municipal. Queria recordar que na cláusula 2ª da minuta dos contratos estão mencionadas as responsabilidades do município e a primeira é acompanhar a execução e cumprimento das competências delegadas, a Câmara tem de exigir para poder fazer os pagamentos e ter esses contratos. Está em causa algo muito sensível, a educação das crianças e dos jovens, e a Câmara dá uma sensação que está a fazer transferências de verbas, acreditando apenas e somente na boa fé, tendo em conta que disse que não tinha o relatório de execução. O ponto 1.2, é promover a verificação da execução física do objeto do contrato e solicitar ao diretor do agrupamento de escolas os documentos e informações necessárias à verificação do cumprimento das competências delegadas. Deduz-se, portanto, que não possamos passar de ano em ano letivo sem ter essas informações. Temos aqui um documento que vai ser votado hoje e todas as informações deveriam ser prestadas e uma das questões que o vogal do Bloco de Esquerda fez foi tentar percebermos em que moldes isto está a funcionar. Está tudo muito nublado e acho que era importante clarificar isso, ou então, eventualmente, se a Senhora Presidente da Assembleia Municipal entender, não haver condições para discutir os pontos.”

Vice-Presidente CME disse: “Há uma escola que foi mais proactiva, ou seja, insistimos com as escolas para nos enviarem toda a documentação necessária, o que nem sempre acontece na data ideal. Mas como uma das escolas foi mais eficiente nesta questão, já podemos ter uma ideia através desse agrupamento, porque a análise já foi feita e podemos ver que transferimos cerca de 187.500 euros para este agrupamento e eles enviaram-nos faturas com despesas ilegíveis, porque nem todas são ilegíveis, como as compras de material informático, por exemplo, porque tem outras rubricas que são financiadas.



As despesas ilegíveis foram superiores neste caso, 201.500 €, portanto, até nem estamos a sobre financiar na verba transferida neste caso, mas como temos outras despesas, como sejam os transportes e outras questões, acaba por colmatar estas dificuldades que as escolas vão tendo.”

Deu entrada na reunião o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anta e Guetim, Nuno Almeida.

Não havendo mais intervenções, os documentos foram colocados à votação separadamente, tendo-se obtido os seguintes resultados

Votação do Ponto 1: aprovado com 15 votos a favor e 10 abstenções

Votação do Ponto 2: aprovado com 15 votos a favor e 10 abstenções

Declarações de voto

Bruno Morais (BE): “Vamos abster-nos porque está provado que esta transferência de competências é mesmo um transtorno para as finanças do município de Espinho. Pese esta gestão mais próxima, esta não está a ser acompanhada pela melhoria geral dos serviços educativos e está a transparecer uma ideia de que o município é um mero pagador de contas. O documento, como eu disse anteriormente, é insípido, não conseguimos verificar onde serão investidos os euros e na nossa ótica caminhamos vertiginosamente para a colocação de profissionais de gestão nos agrupamentos de escolas. E como disse a senhora vice-presidente até agora, e muito bem, eu concordo, acho que os senhores diretores não estavam preparados para este tipo de gestão mais profissional. Aliás, aqui nem preciso ficar na arte deste ponto, se formos ver o relatório e contas dos dois agrupamentos se calhar metemos a mão à cabeça e dizemos que o senhor da Mercaria das Quina em 1970 fazia quase uma coisa igual, mas sem os requisitos que agora os senhores técnicos oficiais de contas solicitam e os senhores revisores oficiais de contas. Quero com isto dizer que a educação continua a viver com precariedade laboral, falta de professores, condições gradadas, apoios insuficientes, apetecia-nos votar a favor porque realmente há ali umas rubricas de aumento de aquisição de materiais para as escolas e para os alunos que é uma vantagem e abtemo-nos simplesmente porque a comunidade escolar não pode ser penalizada pela política de descentralização que na nossa ótica é errada e pelo

documento em si não nos mostrar onde é que vão ser aplicados os investimentos que a Câmara está a fazer e parece que anda a pagar coisas e não sabe como.”

Paulo Leite (BE) “Para deixar aqui a nota de que naturalmente o PSD não poderia votar contra, abstém-se, não pode votar a favor também por todas as razões que aqui já foram expostas. Portanto, não seremos nós que geraremos qualquer tipo de dificuldade para as escolas, é importante que funcionem, é importante que tenham os seus financiamentos, mas é preocupante tudo aquilo que aqui se verifica. Ao fim de três anos ainda continua a haver este tipo de questões, ainda continua a haver a falta de informação que é patente, ainda continua a haver as enormes dificuldades nesta gestão, que aliás são marca da governação da Câmara Municipal desde que o Partido Socialista tomou posse e governa a Câmara Municipal. Deixar aqui esta nota de desagrado e de preocupação também, precisamente por esta dificuldade da Câmara Municipal em fazer a correta gestão e obter, como aqui ouvimos dizer, as informações obrigatórias que têm de ser exigidas e têm mesmo de existir, assim como também dar a informação que é constantemente solicitada. Se lermos a declaração de voto dos vereadores do PSD na reunião de Câmara onde foi levado este tema, é claríssimo que a solicitação de informação é permanentemente negada ou, se não é negada, não é apresentada e, portanto, as coisas continuam a serem remendadas ponto a ponto e, portanto, não há de facto condições para votar a favor este documento.”

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que as minutas das deliberações de ambos os pontos seriam sujeitas a aprovação do plenário na próxima reunião da Assembleia Municipal por motivo de não as ter naquele momento.

Não tendo dado entrada na Mesa qualquer documento para o Ponto 3 da ordem de trabalhos, passou-se ao ponto 4. Aprovação das atas de reuniões anteriores.

A ata n.º 4/2025 de 25 de abril foi aprovada por unanimidade dos vogais presentes na reunião a que se reporta a ata em questão.

A Presidente da Assembleia Municipal disse que não podiam dar seguimento à ordem de trabalhos para apreciação da informação escrita, uma vez que a Sra. Presidente da Câmara não estava presente na reunião e suspendeu os trabalhos marcando a sua continuação para o dia 16 de julho, data previamente acordada com a Sra. Presidente



da Câmara Municipal e não havendo intervenções por parte do público presente, deu a reunião por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
